

OS SERTÕES E GRANDE SERTÃO: VEREDAS: CONCEPÇÕES DA CRÍTICA

Maria Célia Leonel¹
José Antonio Segatto²

Introdução

Propomos discutir como *Os sertões* (1985) foi incorporado, ao longo do tempo, pela crítica, como obra de literatura e também como, ulteriormente, o romance *Grande sertão: veredas* (1956) passou a ser lido como ensaio. Pretende-se, de um lado, examinar como o primeiro foi consagrado com o *status* de obra compósita, pertencendo, ao mesmo tempo, ao campo da literatura, da história e da ciência – caracterização inaugurada por José Veríssimo, logo após seu lançamento em 1902, que se tornou moeda corrente e cânon quase inquestionável, sobrevivendo por mais de um século. De outro lado, intenta-se investigar como a narrativa rosiana passou a ser vista, por uma determinada vertente da crítica – sobretudo a mais recente – como romance-ensaio, estudo ou retrato do Brasil. É essa indistinção, paradoxal, entre história e literatura, ciência e ficção que nos propomos investigar e problematizar, buscando compreender tal embaralhamento de gêneros.

1. Ficcionalização de *Os sertões*

Em 2002, ano das comemorações do centenário de *Os sertões*, a tônica geral das análises da crítica foi a manutenção, praticamente intacta, do cânon consagrado há muito que tem como chave da leitura da obra de Euclides da Cunha a idéia de que se trata de um texto híbrido de literatura/ficção e ciência. Roberto Ventura (2002, p. 24), por exemplo, diz que se trata de obra híbrida unindo “a perspectiva científica, de base naturalista e evolucionista, à construção literária”.

Com viés um pouco diverso, mas na mesma direção, Leopoldo M. Bernucci (2002, p. 12 e 15), de modo menos categórico, afirma que, embora predomine no livro a etnografia com descrições e análises, Euclides usou “matrizes ficcionais”. A junção de fontes históricas, científicas e jornalísticas faz com que *Os sertões* seja a “a primeira grande obra verdadeiramente canibalesca de nossa literatura”.

Esse tipo de caracterização do livro de Euclides da Cunha, bastante antiga, foi inaugurada, como foi dito, por José Veríssimo (1977, p. 45) com a publicação de um artigo-resenha em três de dezembro de 1902. Nele, o crítico assevera que *Os sertões* “[...] é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um etnógrafo; de um

¹ Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara – Departamento de Literatura – mcleonel@fclar.unesp.br

² Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara – Departamento de Sociologia – segatto@fclar.unesp.br

homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista [...].”

Por meio de uma carta, Euclides responde às observações de Veríssimo, considerando que o “consórcio entre ciência e arte” era a “tendência mais elevada do pensamento” e que o trabalho literário exigiria o registro científico; alega, ainda, que o “escritor do futuro” deveria ser um “polígrafo” e que seria necessária a criação de uma “tecnografia”, capaz de agregar diversos saberes (CUNHA, 1966, p. 620-621).

As posições de Veríssimo e também de Euclides seriam corroboradas, logo a seguir, por Araripe Júnior ao constatar que a fascinação que o livro exerce, “resulta de um feliz conjunto de qualidades artísticas e de preparo científico [...]” (ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 22).

Esses exames avalizadores de *Os sertões* como obra de literatura e história ou de ciência e ficção tornar-se-iam, ao longo do século XX, o paradigma manifesto das análises do livro. Sem a pretensão de enumerar todos os estudos sobre *Os sertões*, vale a pena citar alguns a título de exemplo. Gilberto Freyre (1944, p. 32) diz que “é Euclides mais do que a paisagem, que transborda dos limites do livro científico [...] tornando-o um livro também de poesia [...]”.

Afrânio Coutinho (1980, p. 82-86), no início dos anos 50, seria mais peremptório, ao afirmar que, apesar de haver na obra uma mistura de elementos de diversos gêneros (ensaio, drama, ficção), não é uma obra de ciência – é “sobretudo uma obra de arte”, o que “sobreleva a tudo é a sua parte artística”, “obra-prima da literatura”; enfim, “Euclides era um artista, um ficcionista, um criador de tipos, tal qual um romancista”.

O amálgama de literatura e história, com predominância da primeira, está presente também em Dante Moreira Leite (1969), em Nelson Werneck Sodré (1960), em Franklin de Oliveira (1959), em Olímpio de Souza Andrade (2002), em Walnice Nogueira Galvão (1976), em Nicolau Sevcenko (1983).

Valentim Fiacoli (1998, p. 38) retoma a discussão, considerando *Os sertões* como um livro de “interpretação científica do processo histórico brasileiro”, segundo os parâmetros do “consórcio de ciência e arte”. Acrescenta (FACIOLI, 1998, p. 57) ainda que Euclides teria atingido apenas a “virtualidade” no que se refere ao projeto de consórcio de ciência e arte. Teria havido confiança exagerada nas possibilidades de revelação do país, na linguagem da denúncia do crime que a República praticara em Canudos. Nesse “ensaio”, “sem gênero definido”, reponta uma linguagem “monumental”, “oratória” com a finalidade de “comover e persuadir”.

Otto Maria Carpeaux, em 1958 (p. 4), por seu turno, e com visão um tanto diversa, afirma que o “valor e o prestígio da obra de Euclides criaram, de Canudos, uma imagem que não pode ser desfeita”. Vai mais além, ao afirmar que “mais do que escrever história, Euclides fez história”. Aponta ainda como a imaginação entra na obra “como elemento criador” e afirma que os elementos científicos nela presentes dão a impressão de uma “ciência fantástica”.

Pouco tempo antes, em 1956, n’*O Estado de São Paulo*, Antonio Candido (2002, p. 174) observava que Euclides da Cunha havia realizado uma análise histórico-sociológica *sui generis*. O crítico afirma ainda que o autor opera com conceitos, análises e critérios “especificamente sociológicos de interpretação” e que eles “aparecem concretizados em alguns princípios diretores” (p. 179).

Fazendo uma análise do desenvolvimento histórico da sociologia no Brasil, Florestan Fernandes (1977, p. 35) constata que *Os sertões* é o primeiro ensaio a procurar

fazer uma “descrição sociográfica” e uma interpretação histórico-geográfica do meio físico, dos tipos humanos e das condições de existência no país.

Alfredo Bosi afirma haver, na obra, dois grandes planos, um histórico e outro interpretativo. Ao histórico corresponderia a parte final do livro e, ao interpretativo, as duas primeiras partes. Essa ordem relaciona-se com a cultura determinista do autor, e no texto estão presentes mediações ideológicas e literárias (BOSI, 2002, p. 212) intrinsecamente ligadas. A linguagem manipulada por Euclides da Cunha, de denúncia e de protesto, tem função de apelo (p. 218). O crítico adverte ainda, coerentemente, que uma leitura atual do livro não deve insistir naquilo que é documento de seu tempo: “a linguagem rebarbativa, o ângulo faccioso da visão” (p. 220). Outros são os valores a que se deve ater a leitura moderna de *Os sertões*: a potência da representação, o empenho em não separar o fato de seu contexto, a busca de superar esquemas ideológicos e atingir “uma objetividade mais alta, realizada na denúncia de um equívoco que, consumado, se fez crime” (p. 220).

Nessa linha de interpretação que se distancia da leitura canônica que se fez – e ainda se faz – segundo a qual *Os sertões* é uma obra híbrida de história e literatura ou de ciência e ficção, inaugurada por José Veríssimo, temos, mais recentemente, os estudos de Luiz Costa Lima. De forma enfática, tem chamado a atenção para o fato de que os critérios utilizados por Veríssimo - e posteriormente incorporados acriticamente - remontam ainda a concepções do século XVIII, quando não se distinguiam de maneira clara as diferenças entre história e literatura e não eram reconhecidas a autonomia e a peculiaridade artística da última.

Reconhecer que existem elementos ficcionais ou mesmo literários em *Os sertões* não significa – para o crítico – aceitar a “interpretação homogênea” atribuída ao livro. O que há de literatura na obra é só “borda que ornamenta um argumento científico” (LIMA, 2006, p. 383). A arte em *Os sertões* – e esse teria sido o intento de Euclides da Cunha – é a apresentação de uma capa de verniz “que daria maior visibilidade ou impacto ao exame científico do caso” (p. 383). O ensaísta defende ainda a idéia de que a essência da obra era científica, porém, admitia “um tratamento literário que ajudasse a empolgar o leitor, por força de sua eloquência” (p. 383). Sua conclusão é a de que seria inconcebível “ver em *Os sertões* uma obra simultaneamente de história e literária [...]” (p. 385).

A partir das visões aqui expostas, conclui-se que a visão homogeneizadora, que considera o cânon “consórcio entre ciência e arte” relativo a *Os sertões*, há muito vem sendo rediscutida e posta em dúvida. Essa concepção é descartada por Antonio Candido já nos anos 50 do século passado e, de certa forma, também por Otto Maria Carpeaux. O mesmo se vê em Alfredo Bosi e, com ênfase, em Luiz Costa Lima.

2. Grande sertão: veredas: um ensaio?

Desde sua publicação em 1956, o romance *Grande sertão: veredas* de João Guimarães Rosa despertou a atenção de inúmeros críticos, tendo acumulado uma bibliografia extensa, das mais diferentes vertentes analíticas: histórico-sociológicas, míticas, metafísicas, esotéricas, lingüísticas, estilísticas, culturais, folclóricas, cartográficas.

Deve-se mencionar, entre esses estudos, duas análises pioneiras – as de Antonio Candido e Manuel Cavalcanti Proença – elaboradas logo após a publicação do romance. O primeiro, numa resenha-ensaio de 1956, já assinalava: “este romance é uma das obras mais importantes da literatura brasileira” e sua característica fundamental é a de transcender o regional, “graças à incorporação em valores universais de humanidade e tensão criadora” (CANDIDO, 2002, p. 190). No ano seguinte (1957), foi editado, como é sabido, seu ensaio “O sertão e o mundo”, mais tarde republicado sob o título “O homem dos avessos”. Nele o crítico afirma que, no romance rosiano, misturam-se o “real e o fantástico” e “combinam-se o **mito** e o **logos**, o mundo da fabulação lendária e o da interpretação racional” (CANDIDO, 1978, p. 139).

Do mesmo modo que Antonio Candido abre caminhos para a leitura do romance rosiano, em especial na direção dos estudos sócio-históricos e políticos, Manuel Cavalcanti Proença tem sua análise posteriormente retomada pela crítica. Todavia, o viés da leitura de Proença é outro.

Uma parte do texto de Manuel Cavalcanti Proença, “Trilhas no Grande sertão” (1959), já havia sido publicada em 1957. O crítico defende a idéia de que *Grande sertão: veredas* tem um plano objetivo e um subjetivo – as reflexões do protagonista –, além de um plano mítico. Proença também lança a idéia de que os jagunços são símiles dos cavaleiros da Idade Média, o protagonista é um “cangaceiro cortês” e o julgamento de Zé Bebelo relaciona-se com essa dimensão cavaleiresca da obra. Examina ainda os elementos míticos do romance, além de analisar seus aspectos formais, como os processos de formação de palavras.

Entre os pioneiros, há um terceiro estudo sobre o romance, de menor repercussão, de Rui Facó (1958), onde o romance de Guimarães Rosa é abordado como uma obra “eminentemente popular”, “um retrato quase sociológico do interior do Brasil” (1958, p. 185), destacando-se, ainda, “outra qualidade do romance: o lirismo vigoroso e belo de que está impregnado”. No entanto, a qualidade mais notável da obra é “o seu profundo realismo” que o coloca no “mais alto degrau” da literatura brasileira. É “o documentário de uma época”, um “mundo gerado pelo latifúndio, pela grande propriedade territorial, pelo monopólio da terra casado aos restos feudais” (p. 186).

A partir dos anos sessenta do século passado, a fortuna crítica da obra rosiana em geral e do romance *Grande sertão: veredas*, em particular, cresce em escala notável, multiplicando-se por meio de artigos, livros, teses, dissertações, estudos e pesquisas dos mais diversos níveis e gêneros, enfoques e métodos. O crescimento das investigações foi quantitativo e heterogêneo. Uma boa amostra disso está na coletânea organizada por Eduardo Coutinho de 1983.

Das correntes analíticas da obra rosiana, duas concepções polarizam-se ao longo do tempo. Uma delas valoriza os aspectos míticos, metafísicos, esotéricos ou prende-se ao virtuosismo lingüístico ou às perspectivas formalistas. Pode-se juntar a essas concepções uma vertente de certo marxismo reducionista e sectário que entende o romance como literatura alienada em relação à dimensão histórico-social do país e do ser social.

A outra corrente tem como referência o crítico pioneiro Antonio Candido, acentuando e maximizando alguns dos aspectos de seus estudos. O exemplo mais consistente dessa linha é o de Walnice Nogueira Galvão (1972, p. 74), que considera o romance *Grande sertão: veredas* como um “retrato do Brasil”, um “ensaio”, “o mais completo estudo até hoje feito sobre a plebe rural brasileira”, onde o escritor “dissimula a História para melhor desvendá-la” (p. 63).

Nas décadas de oitenta e noventa do século XX, houve um crescimento acentuado da primeira vertente. Nas análises da crítica, especialmente no meio acadêmico, mas não só, há valorização de temas e questões metafísicas, míticas, psicanalíticas, folclóricas, lingüísticas. Como contraponto ao crescimento desse tipo de enfoque – que se torna mesmo preponderante – críticos que têm como referencial concepções sociológicas, reagem com análises que acentuam e, de certo modo, radicalizam a dimensão sócio-histórica do romance, procurando recuperar e destacar dimensões obscurecidas ou relegadas a um segundo plano – como, por exemplo, as relações sociais e de poder – pela crítica prevalecente.

Retomando teses elaboradas por Walnice Nogueira Galvão, Sandra Guardini T. Vasconcelos (2002, p. 324) discute a questão do coronelismo e da jagunçagem e examina, “a partir de uma perspectiva histórica, a inserção de *Grande sertão: veredas* numa linhagem de estudos de interpretação do Brasil que abordaram esse traço das relações sociais e de poder em nosso país.” Para essa estudiosa, o banditismo e a violência, que são inerentes ao romance e o atravessam do princípio ao fim, determinariam “em grande parte seu movimento e desfecho”, permitindo “inscrevê-lo no cruzamento entre o literário e o histórico” (p. 324). É com esse “entrecruze” que o romance “pode contribuir para iluminar”, a partir do relato de um partícipe do “mundo da jagunçagem, o modo como se estabeleceram as relações de poder vigentes no sertão brasileiro durante a República Velha, envolvendo fazendeiros, bandos de jagunços e milícias” (p. 324).

A autora conclui afirmando o caráter e a natureza compósita de *Grande sertão: veredas*:

Na sua mescla de ficção e história, o romance de Guimarães Rosa é não apenas o ‘mais profundo e mais completo estudo até hoje feito sobre a plebe rural brasileira’, como avalia Walnice Nogueira Galvão, mas é sobretudo um agudo ensaio sobre a liquidação do coronelismo durante a Primeira República, narrado de dentro e debaixo, da perspectiva de uma personagem que viveu todo o processo. Só por isso já mereceria figurar ao lado dos melhores ensaios de interpretação de um dos períodos mais conturbados da história do Brasil que nossa historiografia produziu (VASCONCELOS, 2002, p. 331).

Willi Bolle (2004, p. 377), tendo como referencial concepções e categorias de Walter Benjamin, procura mostrar que o romance de Guimarães Rosa, além de ser uma história do indivíduo, contém ainda “uma história social do Brasil”. O escritor encena essa história do país por meio de fragmentos e de modo criptografado que caberia ao leitor “decifrar”. Afirma (BOLLE, 2004, p. 22-23) também que o romance “se configura como uma forma de pesquisa”, o que permite lê-lo como “retrato do Brasil”. Ao compreender *Grande sertão: veredas* como representação alegórica da história brasileira, o ensaísta em pauta considera, especialmente, que a narrativa rosiana seria uma “reescrita crítica” do “livro precursor”, *Os sertões* de Euclides da Cunha. Como revisão crítica daquele modelo historiográfico (determinismo positivista), “pode ser lido como um processo aberto contra o modo como o autor de *Os sertões* escreve a história” (BOLLE, 2004, 34-5).

Para esse crítico, o romance *Grande sertão: veredas*, “retrato do Brasil”, está em condições de comparação com outros ensaios sobre a formação do país elaborados por,

além de Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Antonio Candido e Florestan Fernandes. E vai além, ao dizer que, “com potencial *sui generis*, ele ocupa em relação àquelas obras canônicas uma posição complementar e concorrente” (BOLLE, 2004, p. 24).

Já para Luiz Roncari (2004, p. 17), uma das fontes de Guimarães Rosa estaria “apoiada não só na nossa tradição literária, mas também nos velhos e novos estudos do Brasil, efervescentes em seu tempo.” A seu ver, faltava, nos estudos críticos, o exame de uma “camada” da obra rosiana, que “alegorizava a história da vida político-institucional de nossa primeira experiência republicana e numa perspectiva que poderíamos considerar conservadora” (p. 18-19). Conservadora no sentido de crítica à ordem estabelecida que trouxesse de volta a autoridade que havia se perdido com a República.

Roncari relaciona o modo como os intérpretes do país apreendem nossa vida político-social com a maneira de Guimarães Rosa compor suas histórias. De acordo com o autor de *O Brasil de Rosa*, o escritor mineiro teria proximidade com as visões de Alberto Torres, Alceu Amoroso Lima e Oliveira Vianna, mas também de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Paulo Prado e outros mais. Os fatos políticos e sociais que se refletem na produção rosiana teriam sido apresentados na “perspectiva do conservadorismo crítico” por Alceu de Amoroso Lima em *Política e letras* ensaio de 1924 (RONCARI, 2004, p. 22). Como se pode observar, para Roncari, *Grande sertão: veredas* não deixa de ser ficção, mas exerce o mesmo papel de textos de historiadores e de outros que estudam a vida sócio-política do país.

3. Literatura e ensaio

A discussão que a crítica sobre os dois autores suscita tem a ver, principalmente, com a relação, aproximação ou separação entre literatura e história. A matriz de José Veríssimo, retomada por Euclides, tornou-se modelo de caracterização da obra. A avaliação pode variar, no que diz respeito à proximidade com a literatura, porém, como foi dito, desde a década de 50 do século passado, Antonio Candido caracteriza a obra como análise histórico-sociológica; Florestan Fernandes também a considera como sociológica.

O que manteve a idéia do hibridismo, para Luiz Costa Lima, foi a manutenção, no país, da noção anacrônica de literatura. Ao discutir o uso do termo literatura, o mesmo crítico caracteriza-o como heterogêneo e baseado no “conceito de modalidades discursivas” (LIMA, 2006, p. 348).

Pelo mesmo caminho, poderíamos perguntar por que um romance como *Grande sertão: veredas*, que tem não apenas linguagem claramente literária, mas estrutura e fundamentos também literários, passa a ser considerado como ensaio ou como estudo, ou “mescla de ficção e história”. Talvez tenha-se que levar em conta que os leitores de *Os sertões* que o caracterizaram como literatura tomaram como ponto básico de análise a elocução, a linguagem. Por sua vez, os críticos que consideram *Grande sertão: veredas* como ensaio levam em conta, como critério de avaliação, a história contada, os acontecimentos nela envolvidos.

De um lado e de outro, está em discussão a compreensão do que seja a literatura que tem, ao menos, duas faces interligadas e inseparáveis, a forma e o conteúdo. Da maior valorização de uma ou de outra, chega-se a interpretações diferenciadas e conflitantes.

Dessa forma, o exame de como *Os sertões* foi transformado em obra literária e *Grande sertão: veredas* passou a ser lido como ensaio, suscita questões e dilemas importantes, postos e repostos ao longo do tempo e que têm relações com as peculiaridades da literatura e da história. Tais questões indicam que problemas de identidade e diferença epistemológicas e cognitivas – como representação e compreensão, distinção entre linguagens e formas – continuam a ser recorrentes.

Se entendermos que a literatura, como atividade artística, e a história, como modalidade “científica”, têm modos específicos de reprodução do real, faz-se necessário estabelecer as diferenças tanto nos discursos quanto nas distintas formas de abordagem e compreensão do ser social e do processo histórico.

Pode-se dizer que o historiador seleciona para análise aquilo que supõe ter acontecido ou que acredita ser o verossímil, a realidade objetiva, acessível e não simples construtos elaborados pela imaginação criativa (HOBBSAWM, 1998, p. 8). O historiador ocupa-se com o existente, com a realidade histórica concreta que independe da consciência do sujeito, com a realidade em si. Nas análises elaboradas pela historiografia, tenta-se reproduzir a realidade abstratamente, no plano do pensamento – por meio de conceitos, categorias, alusões e comparações - tal como, de modo aproximado, ela supostamente se deu.

Na literatura, a realidade é criada ou recriada, inventada ou reinventada artisticamente por meio de figuras, metáforas, símbolos, alegorias. O escritor cria uma realidade nova a partir do mundo em que está inserido, utilizando a imaginação e a invenção. Ele reinventa a realidade ou inventa aquilo que poderia ter acontecido, de maneira que ela é reproduzida não como é ou foi, mas como poderia ser. Dessa forma, a obra de arte é “algo criado pelo homem, que jamais pretende ser uma realidade no mesmo sentido em que é real a realidade objetiva” (LUKÁCS, 1970, p. 163). Sua representação é única e insuperável, feita por imagens sensíveis, onde o sujeito (artista) cria o objeto e representa, geralmente, destinos humanos concretos em situações particulares (LUKÁCS, 1968, p. 41 e seg.).

Por meio da literatura, o homem relaciona-se imaginariamente com a realidade histórica. Todavia, a literatura não é antagônica do real; ao criar um real imaginário, ela não deixa de representar um real verídico, existente. Nesse sentido, Karel Kosik (1976, p. 118) afirma que a obra de arte “[...] exprime o mundo enquanto cria. Cria o mundo enquanto revela a verdade da realidade, enquanto a realidade se exprime na obra de arte. Na obra de arte a realidade fala ao homem.” Habermas (1987, p. 93), por sua vez, diz que a “literatura faz proposições sobre as experiências privadas” e que sua linguagem “deve verbalizar o irrepetível”, além de reestabelecer a “intersubjetividade da compreensão”.

Desse modo, a literatura – como a história – consegue desvendar e iluminar aspectos muitas vezes velados da realidade. Nesse sentido, mesmo com linguagens e formas (artística e científica) distintas, ambas têm uma função cognitiva fundamental. Isso não significa que a representação artística seja simples reprodução (ou reconfiguração) da realidade. Não se pode dizer que “o romance simplesmente passa a refletir a realidade tal qual ela se apresenta de imediato ou empiricamente” (LUKÁCS, 1976, p. 115), pois, enquanto a história ocupa-se do real, a literatura liga-se ao possível. Guimarães Rosa (1969, p. 3), atinado com a noção de que a literatura vai além da realidade histórica concreta ou a supera, podendo mesmo significar seu reverso, pontuou adequadamente o assunto, asseverando: “a estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a História.”

Ademais, a ficção evidencia determinadas perspectivas particulares, íntimas, imperceptíveis que as ciências sociais, buscando recriar a realidade histórica verdadeira, não consegue nem pode captar.

Há sutilezas e grandezas da vida social que aparecem na obra artística com uma vivacidade que as ciências sociais em geral apanham de fora ou não apanham [...] a literatura abre o horizonte da cultura, da história, numa escala que a ciência apenas esboça. Ocorre que a literatura lida principalmente com o singular, o privado, o subjetivado, o sensível. Por isso torna vivida a vida que a ciência precisa buscar. Revela dimensões invisíveis, incógnitas, recônditas. Talvez a parte submersa do *iceberg* (IANNI, 2006, p. 52).

Muitos estudiosos consideram válido observar que, se tanto as análises históricas dos cientistas sociais quanto as narrativas ficcionais dos artistas têm algo de verdadeiro e real, têm também muito de imaginação e fabulação. Desse modo,

[...] a obra de arte tem algum compromisso com a verdade, na medida em que ela inventa um mundo que possui alguma verossimilhança em si. O trabalho do cientista social tem sempre um elemento de invenção, ficção, arte. Nele há situações e climas, personagens e dilemas, trabalhos e lutas, tensão e mistério (IANNI, 2006, p. 62).

O fato de a obra de arte encenar artisticamente o real levou Friedrich Engels (apud LUKÁCS, 1968, p. 42) a afirmar que aprendeu com a obra de Balzac muito mais sobre a realidade histórica da França na primeira metade do século XIX do que com os historiadores, economistas, estatísticos etc.

Esta penetração do escritor nas profundidades da motivação social e humana, esta ruptura com a motivação superficial e aparente dos eventos (peculiar tanto aos ambientes “oficiais” como às impressões imediatas das próprias massas), constituíam para Engels o necessário pressuposto de uma duradoura eficácia das obras de arte (LUKÁCS, 1968, p. 42).

No sentido inverso, ou seja, quando a obra do cientista social contém elementos ficcionais e artísticos, Antonio Gramsci (2000, p. 13) chama a atenção para o fato de que a característica medular de *O Príncipe* de Maquiavel é ser “ [...] um livro ‘vivo’, no qual a ideologia e a política fundem-se na forma dramática do ‘mito’” e não um “tratado sistemático”. Diferentemente das maneiras como se “configurava a ciência política” até aquela época (início do século XVI), Maquiavel

[...] deu à sua concepção a forma da fantasia e da arte, pela qual o elemento doutrinário e racional personifica-se em um *condottiero*, que representa plástica e ‘antropomorficamente’ o símbolo da ‘vontade coletiva’. O processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado não através de investigações e classificações pedantes e princípios e critérios de um método de ação, mas como qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma

pessoa concreta, o que põe em movimento a fantasia artística de quem se quer convencer e dá uma forma mais concreta às paixões políticas [...] depois de ter representado o *condottiero* ideal, Maquiavel – num trecho de grande eficácia artística – invoca o *condottiero* real que o personifique historicamente: esta invocação apaixonada reflete-se em todo o livro, conferindo-lhe precisamente o caráter dramático (p. 13).

Para outros pensadores, como o historiador norte-americano Hayden White (1995, p. 13), há um forte componente fictício e artístico evidenciando a relação promíscua entre literatura e história nas reconstruções históricas. Há também alguns, como Habermas (1990, p. 190), para quem a literatura pertence a um domínio autônomo. Lukács, por sua vez, sempre alertou para as peculiaridades diferenciadoras da literatura e das ciências sociais e para as relações íntimas e inseparáveis da forma e do conteúdo - lembrou, inclusive, que, em arte, quando se tem “algo importante a dizer”, é necessário que se encontre a “forma apropriada” para fazê-lo (LUKÁCS, 1969, p. 181).

No que se refere à relação entre literatura e ensaio, Adorno (2003, p. 18) aponta a autonomia desses dois campos, tanto na forma quanto no conteúdo; o ensaio diferencia-se da arte “tanto por seu meio específico, os conceitos, quanto por sua pretensão à verdade desprovida de aparência estética.” Leandro Konder (2005, p. 44), na mesma direção, afirma que o terreno do ensaio não é “o da ficção nem o do primado da imaginação criadora”; embora assimile “algo da liberdade de expressão apreendida na arte – seu programa é de natureza científica”.

Alguns dos equívocos derivados do nivelamento entre o ensaio e o gênero artístico-literário acabam por reduzir a literatura a uma repetição direta e mecânica do mundo real, o que pode ocorrer, comumente, pela tentativa, consciente ou inconsciente, de justificar uma tese, negligenciando-se a essência artística da obra.

Partindo dessas distinções entre literatura e história ou entre arte e ciência entendemos ser problemática a caracterização de *Os sertões* como literatura e *Grande sertão: veredas* como ensaio ou estudo histórico. A existência de similitudes ou elementos comuns entre a ficção e a realidade, entre a compreensão e a invenção não permite a inversão das peculiaridades das duas obras. Antonio Candido (1978, p. 123), há meio século, levantou e analisou de forma adequada as diferenças fundamentais entre o livro de Euclides da Cunha e o de Guimarães Rosa:

Há em *Grande Sertão: Veredas*, como n`*Os Sertões*, três elementos estruturais que apóiam a composição: a terra, o homem, a luta. Uma obsessiva presença física do meio; uma sociedade cuja pauta e destino dependem dele; como resultado o conflito entre os homens. Mas a analogia pára aí; não só porque a atitude euclidiana é constatar para explicar, e a de Guimarães Rosa inventar para sugerir, como por que a marcha de Euclides é lógica e sucessiva, enquanto a dele é uma trança constante dos três elementos, refugindo a qualquer naturalismo e levando, não à solução, mas à suspensão que marca a verdadeira obra de arte, e permite a sua ressonância na imaginação e na sensibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: _____. **Notas de literatura**. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2003. p. 15-45.
- ANDRADE, O. de S. **História e interpretação de Os sertões**. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
- ARARIPE JUNIOR, T. de A. Os sertões. In: _____. **Teoria, crítica e história literária**. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. São Paulo: EDUSP, 1978. p. 219-253.
- BERNUCCI, L. M. Pressupostos historiográficos para a leitura de *Os sertões*. **Revista USP**, São Paulo, n. 54, p. 6-15, jul.-ago. 2002.
- BOLLE, W. **grande sertão.br**. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2004.
- BOSI, A. Canudos não se rendeu. In: _____. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 209-220.
- CANDIDO, A. O homem dos avessos. In: _____. **Tese e antítese**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. p. 119-139.
- CANDIDO, A. Euclides da Cunha, sociólogo. In: _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2002, p. 174-182.
- CARPEAUX, O. M. Canudos como romance histórico. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 nov. 1958. Suplemento Literário, p. 4.
- COUTINHO, A. Os sertões, obra de ficção. In: _____. **Conceito de literatura brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 81-86.
- COUTINHO, E. **Guimarães Rosa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1983. (Col. Fortuna crítica, 6)
- CUNHA, E. da. Carta a José Veríssimo. In: _____. **Obra completa**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. v. 2, p. 620-621.
- CUNHA, E. da. **Os sertões**. Ed. Crítica de W. N. Galvão. São Paulo: Brasiliense/Socr. De Estado da Cult., 1985.
- FACIOLI, V. Euclides da Cunha: consórcio de ciência e arte (Canudos: o sertão em delírio). In: BRAIT, B. (Org.) **O sertão e os sertões**. São Paulo: Arte e Ciências, 1998. p. 35-59.
- FACÓ, R. O romance do Sr. Guimarães Rosa e o problema da terra no Brasil. **Estudos sociais**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 185-189, jul./ago. 1958.
- FERNANDES, F. Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil. In: _____. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 25-49.
- FREYRE, G. **Perfil de Euclides e outros perfis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- GALVÃO, W. N. **As formas do falso**. São Paulo: Perspectiva, 1972 p. 74
- GALVÃO, W. N. De sertões e jagunços. In: _____. **Saco de gatos: ensaios críticos** São Paulo: Duas Cidades, 1976. p. 65-85
- GRAMSCI, A. **Maquiavel: notas sobre o Estado e a política**. Trad. Carlos Nelson Coutinho; Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 (Cadernos do cárcere, v. 3)
- HABERMAS, J. **Discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HABERMAS, J. Progresso técnico e mundo social da vida. In: _____. **Técnicas e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70. 1987. p. 93-106.
- HOBSBAWM, E. G. **Sobre história**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

- IANNI, O. Entrevista. In: BASTOS, E. R. et al. (Org.) **Conversas com sociólogos**. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 49-69.
- KONDER, L. **As artes da palavra**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1969.
- LIMA, L. C. Os sertões: história e romance. In: _____. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.p. 373-386.
- LUKÁCS, G. **La novela histórica**. Trad. Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1976.
- LUKÁCS, G. *Entrevista*. In: ABENDROTH, W.; HOLZ, H. H. e KOFLER, L. (Org.) **Conversando com Lukács**. Trad. de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. 2. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- OLIVEIRA, F. de. Euclides da Cunha. In: COUTINHO, A. (Org.) **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: São José, 1959. v. 3, tomo 1, p. 291-307.
- PROENÇA, M. C. Trilhas no Grande sertão. In: _____. **Augusto dos Anjos e outros ensaios**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p. 153-241.
- RONCARI, L. **O Brasil de Rosa**. São Paulo: Ed. UNESP/FAPESP, 2004.
- ROSA, J. G. Aletria e hermenêutica. In: _____. **Tutaméia: terceiras estórias**. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969. p. 3-12.
- ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.
- SEVCENKO, N. Euclides da Cunha e o círculo dos sábios. In: _____. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.130-160.
- SODRÉ, N. W. **História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- VASCONCELOS, S. G. T. Homens provisórios, coronelismo e jagunçagem em Grande sertão: veredas. **Scripta**, revista do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas. Ed. especial – 2. Seminário Internacional Guimarães Rosa – Rotas e roteiros, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 321-333.
- VENTURA, R. Euclides da Cunha e Os sertões. **D. O. Leitura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, ano 20, n. 9, p. 18-26. set. 2002.
- VERÍSSIMO, J. Campanha de Canudos. In: _____. **Estudos de literatura brasileira**. São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1977. p. 45-53.
- WHITE, H. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. Trad. José Laurêncio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1995.